

# **Demonstrações Financeiras 2025**

**CNPJ 32.192.325/0001-00**

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A**

Avenida Sete de Setembro, n.º 2489, Andar 01 – N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Graças  
Porto Velho - RO

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**  
**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
Porto Velho - RO

**Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da **UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião com ressalvas**

1. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O valor estimado não provisionado, de R\$ 411.454, impacta diretamente os saldos de “Outros Ativos” (Nota Explicativa 9), o resultado do exercício e o patrimônio líquido. A falta de constituição da referida provisão representa descumprimento dos critérios de reconhecimento de perdas esperadas previstos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros e na Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece as novas diretrizes para mensuração e constituição de provisões para perdas esperadas aplicáveis às instituições financeiras.
2. Constatamos que parte do saldo da conta “Adiantamentos a Fornecedores”, no montante de R\$ 134.661, refere-se a valores relacionados à venda da empresa Discoverpay. Os valores estão sendo objeto de ação judicial para reaver os recursos, porém não há expectativa de êxito ou de realização futura. Até a data das demonstrações financeiras, não foi registrada provisão para perda nem efetuada a baixa do saldo considerado irre recuperável, em desacordo com o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.



3. A Companhia não conseguiu identificar e mensurar a origem dos ajustes de exercícios anteriores registrados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) em 31 de dezembro de 2025. O valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados de R\$ 132.298 não pôde ser associado a exercícios específicos, impossibilitando a verificação da correção e adequação dos registros contábeis em períodos anteriores. Essa limitação impede a avaliação dos impactos potenciais sobre o patrimônio líquido e o resultado do exercício nas demonstrações financeiras. Não nos foi possível estimar os efeitos decorrentes deste assunto sobre os saldos patrimoniais e de resultado em 31 de dezembro de 2025.
4. A Companhia não possui estrutura formal de Auditoria Interna, conforme exigido pela Resolução BCB nº 93/2021, aplicável às instituições de pagamento. A inexistência dessa função configura descumprimento regulatório e representa fragilidade relevante na estrutura de governança, controles internos e conformidade, ainda que não tenhamos identificado distorções materiais decorrentes dessa ausência.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta prejuízo significativo, no montante de R\$ 3.594.422 (R\$ 5.611.362 em 31 de dezembro de 2024), com perdas registradas desde sua abertura. Assim, sua continuidade operacional está diretamente relacionada aos planos e esforços da Administração com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada de lucratividade, conforme descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, considerando a geração de caixa operacional ou a manutenção do suporte financeiro de sua parte relacionada credora e de seus acionistas e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Transações com partes relacionadas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia realiza operações de empréstimos em forma de mútuos com sua principal acionistas e demais empresas relacionadas, tendo como objetivo o suprimento de recursos para a manutenção de suas atividades operacionais. As referidas operações não são remuneradas, bem como possuem prazo de vencimento negociado entre as partes. Caso estas operações fossem realizadas junto a terceiros, os resultados auferidos poderiam vir a ser diferentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### **Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2024**

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente, foram anteriormente auditadas por nós, cujo relatório com ressalva de opinião foi emitido em 28 de abril de 2025.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Velho (RO), 27 de maio de 2026.



**ALFREDO HIRATA**  
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

**Martinelli** **MARTINELLI AUDITORES**  
AUDITORES CRC (SC) nº 001.132/O-9

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	545.818
Títulos e valores mobiliários	5	9.102.159
Relações interfinanceiras de liquidez	6	12.225
Adiantamentos a fornecedores	7	176.059
Tributos a recuperar	8	520.284
Outros ativos	9	4.403.632
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>14.760.177</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos a recuperar	8	780.425
Imobilizado	11	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>780.425</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.540.602</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	<b>12</b>	139.764
Contas de pagamento pré-paga	<b>13</b>	8.399.355
Obrigações trabalhistas e sociais	<b>14</b>	421.752
Obrigações tributárias	<b>15</b>	234.109
Partes Relacionadas	<b>10</b>	942.415
Outros passivos		19.280
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>10.156.675</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Partes Relacionadas	<b>10</b>	2.198.968
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.198.968</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	<b>16 (a)</b>	30.000.000
Prejuízos acumulados		(26.815.041)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.184.959</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.540.602</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em Reais)

	Nota	<u>2º semestre de 2025</u>	<u>2025</u>
Receitas de intermediação financeira		1.400.193	2.702.987
<b>RESULTADO DE OPERAÇÕES LÍQUIDA</b>		<b>1.400.193</b>	<b>2.702.987</b>
Despesas de intermediação financeira		(535.632)	(1.135.542)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(535.632)</b>	<b>(1.135.542)</b>
<b>RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>17</b>	<b>864.561</b>	<b>1.567.445</b>
Despesas administrativas	<b>18</b>	(2.788.221)	(5.646.164)
Despesas comerciais	<b>19</b>	(25.241)	(86.993)
Despesas tributárias	<b>20</b>	(2.108)	(23.378)
Outros resultados operacionais, líquidos	<b>21</b>	643.151	594.668
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(2.172.419)</b>	<b>(5.161.867)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(1.307.858)</b>	<b>(3.594.422)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.307.858)</b>	<b>(3.594.422)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>		<b>(0,0436)</b>	<b>(0,1198)</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em Reais)

	<u>2º semestre de 2025</u>	<u>2025</u>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<u>(1.307.858)</u>	<u>(3.594.422)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<u>(1.307.858)</u>	<u>(3.594.422)</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30.000.000</b>	<b>(23.352.917)</b>	<b>6.647.083</b>
Prejuízo do 1º semestre	-	(2.286.564)	<b>(2.286.564)</b>
<b>Resultado abrangente Total</b>		<b>(2.286.564)</b>	<b>(2.286.564)</b>
<b>Em 30 de junho de 2025</b>	<b>30.000.000</b>	<b>(25.639.481)</b>	<b>4.360.519</b>
Prejuízo do 2º semestre	-	(1.307.858)	<b>(1.307.858)</b>
<b>Resultado abrangente Total</b>		<b>(1.307.858)</b>	<b>(1.307.858)</b>
Ajustes de exercicios anteriores	-	132.298	<b>132.298</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>30.000.000</b>	<b>(26.815.041)</b>	<b>3.184.959</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

**UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em Reais)

	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>2025</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(1.307.858)	(3.594.422)
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação	68.029	135.827
Baixa do imobilizado	759.709	759.709
Ajustes de exercicios anteriores	132.298	132.298
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais</b>		
Títulos e valores mobiliários	(3.880.808)	(2.251.052)
Relações interfinanceiras de liquidez	(992)	(20)
Adiantamentos a fornecedores	6.157	6.157
Tributos a recuperar	(132.086)	(234.490)
Outros ativos	(2.108.965)	(2.900.778)
Fornecedores	(508.409)	(288.285)
Contas de pagamento pré paga	4.122.777	1.894.042
Obrigações trabalhistas e sociais	(117.672)	52.880
Obrigações tributarias	6.785	6.785
Outros passivos	(25.728)	(28.271)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(2.986.763)</b>	<b>(6.309.620)</b>
<b>FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes Relacionadas	3.011.393	5.636.433
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>3.011.393</b>	<b>5.636.433</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>24.630</b>	<b>(673.187)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	521.188	1.219.005
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	545.818	545.818
<b>MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>24.630</b>	<b>(673.187)</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

## Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Uzzipay Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é uma instituição de pagamento constituída em 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na forma de Instituição de Pagamento não regulamentada conforme ofício publicado no Diário Oficial em 15 de dezembro de 2022.

A Companhia tem por objetivo ser um instrumento que facilite a comunicação financeira com seus clientes e colaboradores da instituição, oferecendo um ecossistema de soluções para pessoa física e pessoa jurídica, apresentando conceitos de sustentabilidade e inovação, com serviços agregados em administração de cartão de crédito, operadoras de cartão de débito, serviços de liquidação e custódia, dentre outras atividades de serviços financeiros.

Atualmente a Companhia é uma Fintech que reúne diversas soluções, sendo: Conta digital, Sistema de pagamentos (maquininha subadquirente), fornecendo uma plataforma de automação financeira com operações de meios de pagamento com boletos bancários, aluguel de maquininhas, PIX, TED, conta multiplataforma com acesso do celular, folha de pagamento com agendamento, antecipação de recebíveis e emissor PIX.

Com base nas diretrizes estratégicas para o ano, a Companhia tem como oportunidades para o exercício de 2026:

- Lançamento do API PIX Parcelado pelo Banco Central;
- Maior participação em feiras comerciais;
- Nova plataforma de atendimento.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia encontra-se no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas. O aumento do capital social foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2024, mediante emissão de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações ordinárias nominativas, integralizadas pelos acionistas.

A Companhia tem como proposta de valor, o acesso a bancarização de forma descomplicada, ágil e segura, fornecendo uma conta digital, preservando a natureza enquanto nosso cliente preserva o dinheiro dele.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.

CNPJ: 32.192.325/0001-00

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

### ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### **1.1. Contexto operacional**

A **UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**, instituição fechada de direito privado, com sua sede à Avenida Sete de Setembro, n.º 2489, Andar 01 – N.º Sr.ª das Graças, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia; registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o NIRE 11300006224, inscrita no CNPJ nº 32.192.325/0001-00.

A Uzzipay é uma instituição de pagamento constituída em 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) na forma de instituição de pagamento não regulamentada conforme ofício publicado no Diário Oficial em 15 de dezembro de 2022.

A Companhia tem por objetivos ser um instrumento que facilite a comunicação financeira com seus clientes e colaboradores, oferecendo um ecossistema de soluções para pessoa física e jurídica, apresentando conceitos de sustentabilidade e inovação, serviços de liquidação e custódia, dentre outras atividades de serviços financeiros.

Atualmente a Uzzipay Instituição de Pagamento é uma Fintech que reúne diversas soluções, sendo: conta digital, sistema de pagamentos (maquininha subadquirente), fornecendo uma plataforma de automação financeira com operações de meios de pagamento com boletos bancários, aluguel de maquininhas, PIX, TED, conta multiplataforma com acesso do celular, folha de pagamento com agendamento, antecipação de recebíveis emissor PIX.

A Companhia tem como proposta de valor, o acesso a bancarização de forma descomplicada, ágil e segura, fornecendo uma conta digital, preservando a natureza enquanto nosso cliente preserva o dinheiro dele.

### **1.2. Continuidade Operacional**

A instituição apresentou, prejuízo anual de R\$ 3.594.422. A atividade de Instituição de Pagamento é peculiar no que tange à resultado, tendo como principal característica um alto volume de prejuízos até que consiga atingir um ponto de equilíbrio e posterior resultado positivo, como plano de ação para melhorar esses resultados, a Companhia vem apresentando o seguinte plano de ação:

- Diminuir os custos e despesas, medida essa iniciada em 2025 e que vem sendo ampliada para o futuro;
- Expansão de mercado, onde pretende-se atuar principalmente com a atividade de Subadquirência, atividade na qual vem sendo trabalhada taxas mais atrativas com contratação da GETNET como principal adquirente e com isso o time comercial poderá ganhar maior parcela de mercado e melhorar o faturamento da Companhia;
- Outras operações vêm sendo prospectadas com a contratação de parceiros de negócios.
- Avaliação de produtos e serviços, revisando o portfólio de produtos para identificar aqueles que não são rentáveis.

**Uzzipay Instituição de Pagamento S.A.**

CNPJ: 32.192.325/0001-00

## **2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB 352/2023) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de maio de 2026.

### **2.2. Base de apresentação**

Para as demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, as instituições abrangidas pela Resolução BCB nº 352/2023 ficam dispensadas da apresentação comparativa relativamente aos períodos anteriores. O CTA 29 (R2) também confirma que a Resolução CMN nº 4.966 e a Resolução BCB nº 352, nos arts. 79 e 102, respectivamente, dispensam a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras de 2025.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 28 – Propriedade para Investimento
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 41 – Resultado por ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

### **2.3. Moeda Funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### **2.4. Mensuração de valor**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração.

### **2.5. Compensação Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

## 2.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir:

### a) Contingências

A Companhia reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

### 3.1. Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado à saldo de conta pré-paga ou outros fins.

### 3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações financeiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço.

### 3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários no Brasil eram classificados em três categorias, sendo elas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Com o advento da Resolução BCB nº 352/23, os títulos e valores mobiliários são classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR).

Anteriormente, os títulos e valores mobiliários eram substancialmente classificados como mantidos para negociação. Com a adoção da Resolução BCB nº 352/23, os títulos e valores mobiliários são classificados como custo amortizado.

### 3.4. Relações interfinanceiras de liquidez

No ativo os valores são representados principalmente pelos valores a receber de credenciados (adquirentes) e emissores de cartão de crédito relativos a transações de pagamento. São os recebíveis repassados à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de créditos realizadas na plataforma da Uzzipay e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

## 3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- |  |         |
|--|---------|
| • Aparelho de refrigeração               | 10 anos |
| • Mobiliários                            | 10 anos |
| • Computadores e periféricos             | 5 anos  |
| • Equipamentos de processamento de dados | 5 anos  |

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

## 3.6. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupo de ativos.

As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se já alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025.

## 3.7. Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-paga são aquelas em que os recursos são previamente carregados pelo titular. Essas contas permitem a realização de pagamentos, transferências ou saques, até o limite do saldo disponível, sem possibilidade de saldo negativo. Esse tipo de conta é amplamente utilizado em serviços como cartões pré-pagos e carteiras digitais. A regulação dessas operações pelo Banco Central assegura a transparência e segurança nas transações realizadas

## 3.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

- I. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- II. **Passivos contingentes:** São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos

forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

- III. **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão é esperada que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

### 3.10. Impostos e contribuições

#### I. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – corrente

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### 3.11. Receitas de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, estornos ou reduções similares. As receitas da Companhia podem ser divididas em alguns grandes grupos, onde destacam-se:

- I. **Tarifa de utilização da plataforma:** A receita vinculada a tarifas cobradas em função da prestação de serviços ao cliente, junto ao sistema de administração de contas de pagamento pré-pagas são reconhecidas no resultado a partir da cobrança dos respectivos serviços;
- II. **Receita de intercâmbio:** Receita auferida pela Companhia equivalente a um percentual do valor de determinadas transações realizadas por meio das contas de pagamento administradas pela Companhia. Essa receita é apropriada quando a transação é confirmada e incluída na agenda de pagamento do arranjo de pagamento correspondente; e
- III. **Receita financeira:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio, do método dos juros efetivos.

### 3.12. Tributos a compensar

Os impostos a compensar são registrados quando há um direito reconhecido de receber reembolso de impostos, taxas ou contribuições previdenciárias pagas em excesso ou indevidamente.

A mensuração inicial dos impostos a compensar é realizada pelo valor pago em excesso ou indevidamente. A Companhia revisa periodicamente seus impostos a compensar para garantir que estejam devidamente registrados e para identificar eventuais ajustes necessários com base em mudanças na legislação fiscal ou em estimativas revisadas.

### **3.13. Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027**

#### **3.13.1. Resolução BCB nº 352/23, art. 95-A e 98 – Operações de Hedge**

Conforme facultado pelo art. 95-A da Resolução BCB nº 352/23, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2027.

Conforme determinado pelo art. 98 da Resolução BCB nº 352/23, as operações de hedge serão reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, para as seguintes novas categorias:

- Hedge de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido;
- Hedge de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira;
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

#### **3.13.2. Resolução BCB nº 435/24**

Adoção da Resolução BCB nº 435/24 - Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS, que dispõe sobre a divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, com a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028.

Os impactos para o atendimento a esta norma estão sendo avaliados, para fins do Conglomerado Prudencial do qual a Companhia é líder.

#### **3.13.3. Lei Complementar nº 214/2025 e nº 227/2026**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto Seletivo ("IS"), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS ("CGIBS") estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem saldos em caixa que são representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, depósitos em conta corrente, aplicações financeiras e operações compromissadas, e direitos juntos a participantes de sistema de liquidação.

	<u>31.12.2025</u>
Caixa	-
Bancos conta movimento	432.157
Aplicação financeira	29.657
Reservas livres (i)	<u>84.004</u>
<b>Total</b>	<b><u>545.818</u></b>

- (i) O saldo registrado nesta conta corresponde às reservas livres em espécie mantidas no Banco Central do Brasil, utilizadas para fins de compensação e liquidação de operações no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Trata-se de uma conta operacional ("conta bolsão"), cujo controle é realizado por meio do sistema Cabine SPB.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

As aplicações financeiras contêm os recursos depositados pelos usuários de conta pré-pagas. Os recursos são aplicados em instituições de primeira linha e em operações de baixo risco.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31.12.2025</u>
Tesouro direto	<u>9.102.159</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.102.159</u></b>

O rendimento do Tesouro Selic é a variação da taxa Selic ao longo do período de aplicação. O Tesouro Selic possui liquidez diária, o que significa que o investidor pode resgatar o investimento a qualquer momento, recebendo o valor investido mais os rendimentos acumulados até a data de resgate.

## 6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>31.12.2025</u>
Transações de pagamentos instantâneos	<u>12.225</u>
<b>Total</b>	<b><u>12.225</u></b>

## 7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31.12.2025</u>
Adiantamentos a fornecedores	<u>176.059</u>
<b>Total</b>	<b><u>176.059</u></b>

**Uzzipay Instituição de Pagamento S.A.**

CNPJ: 32.192.325/0001-00

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31.12.2025</u>
IRRF	329.059
PIS	181.017
COFINS	790.414
ISSQN	219
<b>Total</b>	<b><u>1.300.709</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>520.284</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>780.425</u></b>

## 9. OUTROS ATIVOS

	<u>31.12.2025</u>
Adiantamentos	14.265
Títulos e créditos a receber (a)	2.921.524
Serviços a receber (b)	1.467.843
<b>Total</b>	<b><u>4.403.632</u></b>

- a) Os recebíveis referem-se às transações realizadas por meio de cartões de crédito e débito emitidos pela Instituição. Nas transações de débito e crédito, a Uzzipay IP recebe os valores com faturamento à vista, uma vez que os montantes já foram antecipadamente descontados do credenciado no momento da transação.
- b) São operações de antecipação dos valores a repassar aos clientes, que recebem de forma parcelada, gerando um volume de valores a receber. A tarifa MDR ("Merchant Discount Rate" ou "Taxa de Desconto do Comerciante") é a taxa administrativa aplicada sobre as transações financeiras realizadas através de maquininhas de cartão, representando um custo sobre o volume processado.

## 10. PARTES RELACIONADAS

### a) **Passivo Não Circulante**

	<u>31.12.2025</u>
Uzzipay Administradora de Convênios Ltda	692.616
Uzzipay Participações S.A.	2.448.767
<b>Total</b>	<b><u>3.141.383</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>942.415</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.198.968</u></b>

**Uzzipay Instituição de Pagamento S.A.**

CNPJ: 32.192.325/0001-00

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



Saldos com partes relacionadas, referem-se às operações de empréstimos em forma de mútuo, celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais. Referidas operações não possuem remuneração e são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

## **(i) Remuneração do pessoal-chave da administração**

A Companhia considera seus diretores como pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2025, não houve remuneração a diretores. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

## **11. IMOBILIZADO**

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da respectiva depreciação. Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. Os bens aqui discriminados atendem, para todos os fins, os requisitos das normas contábeis, especialmente o que determina o CPC 27, ou seja, ser tangível, ser destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativos, e ser utilizado por mais de um período.

- a) É representado pela conta contábil de Equipamentos com taxa de depreciação anual de 20%. Os equipamentos supracitados referem-se a P.O.S. (Point of Sale), máquinas de cartão portáteis ou de ponto de venda.

## **12. FORNECEDORES**

	<u>31.12.2025</u>
Fornecedores diversos	139.764
<b>Total</b>	<b><u>139.764</u></b>

## **13. CONTAS DE PAGAMENTO PRÉ-PAGA**

	<u>31.12.2025</u>
Conta digital - Pessoa física	722.154
Conta digital - Pessoa jurídica	7.677.151
Saldo bloqueado conta digital	50
<b>Total</b>	<b><u>8.399.355</u></b>

**Uzzipay Instituição de Pagamento S.A.**

CNPJ: 32.192.325/0001-00

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31.12.2025</u>
INSS	194.008
FGTS	9.895
Salários	54.032
Provisão de férias	159.771
Provisão associação	1.155
Empréstimo consignado	2.891
<b>Total</b>	<b><u>421.752</u></b>

## 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31.12.2025</u>
PIS, COFINS e CSLL RETIDO	13.885
INSS	267
IRRF	13.691
ISSQN	3.125
IVA - Imposto sobre o valor agregado	20.570
PERDCOMP Débitos	182.571
<b>Total</b>	<b><u>234.109</u></b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa a participação residual nos ativos da Companhia após a dedução de todos os seus passivos. O patrimônio líquido está formado pelas contas que registram o valor contábil pertencentes aos acionistas e suas participações, subdividido em capital social, capital a integralizar e lucros ou prejuízos acumulados:

### a) Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 30.000.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias sem valor nominal.

O patrimônio líquido reflete o valor contábil pertencente aos acionistas, subdividido em capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

<b>Acionistas</b>	<b>% Participação</b>	<b>31.12.2025</b>
Uzzipay Administradora de Convênios Ltda.	0,01%	3.000
Uzzipay Participações S.A.	99,99%	29.997.000
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b><u>30.000.000</u></b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 17. RESULTADO BRUTO

	2º semestre de 2025	2025
<b>Receitas operacionais</b>		
Receita de aplicações em operações	502.214	860.598
Renda de Prestação de Serviços	68.136	134.984
Receita de intermediação	410.505	780.903
Comissão de consorcio	1.037	1.219
Comissão de seguros	2.839	2.839
Comissão Presença Bank	51	51
Recuperação de valores	21.443	27.645
Descontos recebidos	1	1
Receita por antecipação - Subadquirente	502.932	1.100.584
	<b>1.509.158</b>	<b>2.908.824</b>
<b>Deduções sobre serviços</b>		
(-) ISSQN	(20.688)	(39.236)
(-) PIS	(74.454)	(140.505)
(-) COFINS	(13.823)	(26.096)
	<b>(108.965)</b>	<b>(205.837)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.400.193</b>	<b>2.702.987</b>
Despesas com tarifas	(291.757)	(582.884)
Despesas com antecipação	(243.875)	(552.658)
	<b>(535.632)</b>	<b>(1.135.542)</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>864.561</b>	<b>1.567.445</b>

- a) Receita por antecipação de recebíveis representada pela operação de valores antecipados aos clientes no qual são cobradas tarifas para que este recurso financeiro seja disponibilizado antes da data prevista.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre de</u> <u>2025</u>	<u>2025</u>
Pessoal (salários, benefícios, encargos e pro-labore)	(865.787)	(1.680.696)
Provisões de férias, 13º salário e encargos sociais	(97.106)	(232.751)
Água e energia elétrica	-	(5.148)
Aluguéis e locação	(36.071)	(96.608)
Manutenção e benfeitorias	(17.697)	(28.049)
Serviços prestados	(303.737)	(640.733)
Materiais de consumo	(919)	(3.613)
Seguros diversos	(2.299)	(4.587)
Combustíveis e lubrificantes	(27.910)	(56.440)
Indenização e rescisão trabalhista	(384)	(384)
Gratificações e bonificações	(51.297)	(103.157)
Despesas de processamento de dados	(116.312)	(174.053)
Licença de software	(1.204.827)	(2.427.589)
Legais e judiciais	-	(679)
Tarifas	-	(59.717)
Taxas	(5.504)	(9.450)
Depreciação e amortização	(56.170)	(117.696)
Outros gastos	(2.201)	(4.814)
<b>Total</b>	<b>(2.788.221)</b>	<b>(5.646.164)</b>

## 19. DESPESAS COMERCIAIS

	<u>2º semestre de</u> <u>2025</u>	<u>2025</u>
Marketing	(16.427)	(48.707)
Brindes e cortesias	(652)	(652)
Publicidade e propaganda	(8.162)	(37.634)
<b>Total</b>	<b>(25.241)</b>	<b>(86.993)</b>

## 20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2º semestre de</u> <u>2025</u>	<u>2025</u>
IPTU	-	(1.510)
Tributos	(1.922)	(6.289)
IOF	(186)	(15.579)
<b>Total</b>	<b>(2.108)</b>	<b>(23.378)</b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## 21. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS

	2º semestre de 2025	2025
<b>Outras receitas</b>		
Resultado líquido com vendas e baixas de imobilizado	688.037	688.037
Juros e multas	(43.607)	(92.090)
	<b>644.430</b>	<b>595.947</b>
<b>Outras despesas</b>		
Outras despesas	(1.279)	(1.279)
	<b>(1.279)</b>	<b>(1.279)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>643.151</b>	<b>594.668</b>

## 22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Em bases periódicas a Administração da Companhia revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia a possibilidade de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, a débito ou a crédito de resultados.

De acordo com o corpo jurídico da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos classificados com perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não detém ações classificadas pelo assessor jurídico classificadas como de possível perda.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, contas a receber, contas a pagar, fornecedores) são registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas respectivas notas explicativas.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- I. **Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e CDBs com liquidação diária e aplicação automática mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.;
- II. **Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.;
- III. **Contas a pagar e fornecedores:** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

A Companhia busca constantemente adequar sua estrutura de risco à medida que aumenta a complexidade de suas operações, volume financeiro transacionado e a interação com seus clientes. As práticas de mercado são constantemente observadas e seus procedimentos são atualizados para que cada vez mais aprimore suas políticas de gerenciamento de riscos. Os principais riscos a que a Companhia está exposta no curso de suas atividades são: o risco de crédito, o risco de liquidez e gestão de capital, o risco operacional e o risco de mercado.

### **23.1. Risco de crédito**

O risco de crédito está associado ao não cumprimento de uma contraparte de honrar suas respectivas obrigações financeiras nos termos contratuais pactuados.

Vale ressaltar a natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia, o que garante que todas as transações realizadas só são autorizadas mediante existência de saldo disponível para honrar os compromissos decorrentes destas transações. Dessa forma, inexistente risco relacionado à concessão de crédito para clientes.

### **23.2. Risco de liquidez e gestão de capital**

O risco de liquidez advém da possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade do cumprimento das obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, sem que haja prejuízo nas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas para a Companhia.

A Companhia possui salvaguarda integral dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão, atendendo ao disposto no artigo 12, §9º, IV, da Resolução nº 198 de 11 de março de 2022. Os valores creditados pelos clientes são mantidos em conta apartada, assegurando que, em caso de ruptura severa, os valores se mantenham íntegros e o clientes não sejam impactados com a deterioração do saldo dos cartões. Os níveis de liquidez são monitorados diariamente e reportados mensalmente a Administração.

O risco de liquidez associado à liquidação das obrigações corporativas é monitorado continuamente por meio da gestão do fluxo de caixa e análise recorrentemente dos perfis de vencimentos de ativos e passivos.

### **23.3. Risco operacional**

Define-se risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, fraquezas ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. O risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades realizadas também se incluem nesta definição.

A Companhia possui mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios, além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. As rotinas e controles internos implementados na Companhia minimiza a possibilidade de falhas humanas e sistêmicas. De toda forma, eventuais pontos identificados são apresentados e discutidos junto a alta administração e resultam em recomendações e planos de ações definidos.

### **23.4. Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma companhia, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, entre outros.

A Companhia monitora frequentemente possíveis anormalidades do mercado, a fim de identificar, mensurar e proteger a Companhia de exposições desalinhadas com o apetite ao risco definidos pela Administração.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025



## **24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

## **25. GESTÃO DE CAPITAL**

O requisito de patrimônio de referência mínimo aplicável a Companhia como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, de acordo com a Resolução nº 198 de 11 de março de 2022, corresponde a 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. A Companhia acompanha o índice de forma tempestiva e está em conformidade com a regra citada.

## **26. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

O resultado contábil do exercício de 2025 foi negativo em R\$ 3.594.422 (três milhões, quinhentos, noventa e quatro mil e quatrocentos e vinte e dois reais) e R\$ 5.611.362 (cinco milhões, seiscentos e onze mil trezentos e sessenta e dois reais) no exercício de 2024.

Não foram identificados resultado não recorrentes, portanto, não estão sendo apresentados.

## **27. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 23 de março de 2026, os acionistas da Companhia realizaram Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 5.000.000, com o objetivo de adequar o patrimônio da instituição aos novos requisitos prudenciais estabelecidos pelo art. 3º-A da Resolução Conjunta nº 14/2023 e pela Resolução BCB nº 517/2023, que, a partir de 1º de janeiro de 2026, determinam capital social e patrimônio líquido mínimos de R\$ 5.000.000,00 para instituições participantes do Pix na modalidade de provedor de conta transacional. Esse evento não altera as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, mas representa fato subsequente de natureza não ajustável, refletindo medida adotada pela administração para cumprimento das novas disposições regulatórias do Banco Central do Brasil.

Porto Velho – RO, 27 de maio de 2026.

Lediana Ghedin Lopes

Diretora de Patrimônio de Terceiros

CPF – 617.265.402-00

Debson Augusto Filgueiras

Contador

CRC RO 008519/O-0

**Uzzipay Instituição de Pagamento S.A.**

CNPJ: 32.192.325/0001-00